



Ações Afirmativas e Mercado de Trabalho: a inserção profissional dos egressos da UFRGS beneficiados pela política de cotas

1. INTRODUÇÃO

Com a crescente necessidade de aumento da escolarização das populações e de aquisição de maiores competências para enfrentar o mercado de trabalho, a educação torna-se um instrumento cada vez mais valioso para a mobilidade social dos indivíduos, sobretudo àqueles oriundos de camadas sociais atingidas pelas desigualdades sociais e raciais existentes em nosso país. Neste contexto, a Política de cotas constitui-se como uma modalidade de ação afirmativa cujo principal objetivo é democratizar o ensino superior público brasileiro através do acesso e permanência de grupos sociais aliados desse nível de ensino.

3. MÉTODO

Como procedimentos metodológicos nos valem, em um primeiro momento, da análise de dados secundários sobre os efeitos da política de cotas no ensino superior público brasileiro, em geral, e na UFRGS, em particular. Na segunda etapa da pesquisa realizamos entrevistas semi-estruturadas com diplomados da Faculdade de Direito beneficiados pelas cotas sociais e pelas cotas raciais.



2. OBJETIVOS

Este trabalho teve por objetivo compreender os efeitos do sistema de cotas sobre as condições de inserção de egressos cotistas do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no mercado de trabalho.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a análise da política de cotas nos valem do conceito de *equidade*: o sistema educacional opera de forma equitativa quando garante que todos tenham oportunidades adequadas, sem qualquer tipo de discriminação (RAWLS, 1997). Com vista à compreensão das propriedades mobilizadas pelos diplomados pesquisados, utilizamos a teoria de Bourdieu (2007), lançando mão dos conceitos de: *campo social*, entendido como um espaço multidimensional de posições; *capital social*, ou seja, um conjunto de redes duráveis de relações permanentes e úteis; *capital cultural*, as formas de relação com a cultura escolar e erudita; e *capital econômico*, o conjunto de bens econômicos (Ibid, 2007). Também se faz pertinente os conceitos de raça e discriminação racial (GOMES, 2005; GUIMARÃES, 2012), necessários para compreender as dinâmicas raciais que constituem a sociedade brasileira.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como resultados parciais desta pesquisa identificou-se que todos os diplomados entrevistados estão trabalhando em sua área de formação, havendo a instrumentalização do capital cultural institucionalizado, adquirido após a formação acadêmica, para a inserção no mercado de trabalho. Os entrevistados possuem uma trajetória ocupacional recentemente iniciada, em sua maioria, após a entrada na universidade. Verificou-se também que os diplomados adquirem uma disposição para seguir carreira na área pública, por propiciar estabilidade e maiores salários. No que diz respeito à trajetória acadêmica, não foram relatados casos de discriminação na universidade por parte dos cotistas sociais e raciais. No que tange ao mercado de trabalho, os diplomados negros afirmaram não terem sofrido preconceito racial na sua atividade ocupacional. Em relação à política de cotas, foi salientada a sua importância na diversificação do ensino superior, aumentando a presença de negros e pessoas de baixa renda em um ambiente que até então era reservado a grupos de maior acúmulo de capital econômico e cultural.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Pierre Bourdieu; tradução Fernando Thomaz. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: Educação Anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo Editora 34, 2012 (2ª Edição).
- RAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997.